

O PSDB no Rio Grande do Norte: organização partidária e centralização política

THE PSDB IN RIO GRANDE DO NORTE: party organization and political centralization

Thadeu de Sousa Brandão⁵⁹

RESUMO

O presente artigo busca discutir as possíveis causas do enfraquecimento do PSDB no Rio Grande do Norte, analisando as relações entre esse enfraquecimento e a estrutura partidária, assim como a questão da ausência de quadros. Parte-se de uma pesquisa de campo que analisou dados presentes na mídia jornais local e nacional e em dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral. Concluiu-se que a lógica organizacional e estrutural do PSDB é um dos fatores que propiciam o enfraquecimento partidário, na medida em que abre a possibilidade de controle dos diretórios estaduais pelos dirigentes locais.

Palavras-chave: Partidos Políticos, Quadros Partidários, PSDB, Enfraquecimento Partidário.

⁵⁹ Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais e Doutorando em Ciências Sociais pela UFRN. Professor de Sociologia Geral e Jurídica do Curso de Direito da Faculdade Câmara Cascudo, Professor de História do Centro de Educação Integrada Mais e do CEI – Centro de Educação Integrada.

ABSTRACT

This article discusses potential causes of the weakening of the PSDB in Rio Grande do Norte, analyzing the relationship between this attenuation and party structure, as well as the issue of lack of staff. It starts with a field survey that analyzed data in the local newspapers and national media and on information supplied by the Regional Electoral Court. It was concluded that the organizational and structural logic of the PSDB is one of the factors that contribute to weakening the party, as it opens the possibility of control by state directories of local leaders.

Keywords: *Political Parties, party cadres, PSDB, Weakening supporter.*

INTRODUÇÃO

A literatura especializada vem afirmando que determinado tipo de estrutura partidária permitiria uma maior probabilidade de sucesso eleitoral. Para Celso Roma (2002) o modelo de organização partidária tem um peso importante no processo de tomada de decisão das lideranças e, no caso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), muito de sua estruturação pode ser compreendido a partir da análise de sua origem e de sua estrutura organizacional. Tanto sua organização a nível nacional como locais sofrem influência direta de seu modelo organizacional inscrito em seus estatutos. Esse modelo termina por conferir ao PSDB maior autonomia e flexibilidade para costurar alianças e isso termina levando a sucessos eleitorais e, com o tempo ao fortalecimento do partido.

Mas, porque – ao contrário do que ocorre em São Paulo, por exemplo, isso não ocorre no PSDB do Rio Grande do Norte? Algumas hipóteses se apresentam. Primeiramente poderíamos apontar a idéia de que a estrutura não é fraca, mas “permissível,” permitindo que haja estratégias variadas locais livres (localismos); permite-se que haja a figura do “dono do partido”. Sendo o PSDB um partido de “quadros” e a organização partidária é pautada nestes, a questão está nos quadros.

Geraldo Melo é um quadro partidário praticamente único no PSDB do Rio Grande do Norte (política de retenção de quadros); daí que se tem um exclusivismo do ator político que leva a retenção de quadros e o posterior enfraquecimento eleitoral. (O PSDB em São Paulo é forte exatamente porque a política de retenção de quadros é diferente).

Daí que ocorreria uma apropriação do partido por lideranças locais que o fazem de forma patronal e isto está ligado ao seu modelo organizacional. Esta apropriação pelo ator político Geraldo Melo levou a um *continuum* enfraquecimento do partido no Rio Grande do Norte quando comparado a sua situação nacional. Este enfraquecimento poderia estar também ligado à distância do partido da sociedade civil e de outros setores, assim como, da inexistência de uma militância que possibilite uma renovação partidária.

Este artigo pretende discutir as possíveis causas do enfraquecimento do PSDB no Rio Grande do Norte, analisando as relações entre esse enfraquecimento e a estrutura

partidária, bem como a questão da ausência de quadros. Partimos de uma pesquisa de campo que analisou dados presentes na mídia, jornais locais e nacional e em dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

ESTRUTURA E LIDERANÇA PARTIDÁRIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Segundo Celso Roma (2002) “o modelo de organização partidária tem peso fundamental no processo de tomada de decisão das lideranças e que, no caso do PSDB, muito de sua evolução pode ser entendido a partir da análise de sua origem e de sua estrutura organizacional” (p. 72). Isto posto, partimos da questão se a estrutura partidária do PSDB poderia explicar a forma como se constroem suas alianças a nível estadual e na forma como alguns líderes locais tendem a se “apropriar” do partido de forma patronal (apropriação de cargos e posições com vistas a interesses particulares), como no caso de Geraldo Melo, presidente do PSDB no Rio Grande do Norte.

A estrutura organizacional do partido, por um lado, possui poucas instâncias de veto, concentrando poder de decisão nas lideranças, e, por outro, confere autonomia aos diretórios na tomada de decisão sobre questões locais. Com isto, as decisões nacionais podem ser coordenadas no centro, enquanto as instâncias locais mantêm sua autonomia. (...) a ambigüidade das expectativas de sua militância e as ações concretas do partido reside na diferença de visão ideológica a respeito das funções do Estado entre militância e liderança (ROMA, 2002, p. 74).

Em seu trabalho, Roma (2002) mostra que a partir de 1994, a formação da coligação eleitoral e da coalizão de governo do PSDB com partidos localizados à direita no espectro político seguiu muito mais critérios de afinidades programáticas do que critérios meramente pragmáticos. Assim, prevaleceu a visão das lideranças nacionais do PSDB na adoção dessa estratégia eleitoral e governamental.

Isto se reflete a nível de articulação do próprio partido, onde

a articulação geral de um partido diz respeito às regras de convivência entre as unidades (regionais e locais) que o constituem. Essa articulação envolve um problema importante para a organização partidária: as relações de poder entre os filiados e os órgãos do partido e destes órgãos entre si. No caso do PSDB, devido às circunstâncias de sua origem e às estratégias adotadas ao longo de sua evolução histórica, formou-se uma estrutura organizacional propícia a ações autônomas das lideranças. Essa autonomia decisória da liderança tornou-se possível, devido, fundamentalmente, a duas características de seu desenho institucional. A primeira é a ausência de instâncias internas de veto efetivas para a ação da militância. A segunda é o modelo de tomada de decisão. Com relação a esta última, há dois tipos de ação estratégica adotada no interior do partido: uma, de movimento centrífugo, pela qual é dada autonomia de decisão às lideranças locais no caso de estratégias de políticas também locais; outra, de movimento centrípeto, pela qual a coordenação de estratégias nacionais é centralizada nas lideranças mais elevadas do partido (ROMA, 2002, p. 78-79).

Neste ínterim, no caso do PSDB, tem-se um partido que possui uma lógica organizacional pautada na figura do “quadro partidário”. Isto é fortalecido por uma organização pautada efetivamente: em descentralização e liberdade local; num poder exercido pelos diretórios; na inexistência de instrumentos punitivos de indisciplina; e sem ligação com a sociedade civil.

Para Celso Roma, o perfil das lideranças do PSDB se pautaria: em uma visão ou conservadora ou reformista pró-liberalismo, com considerável adesão de parlamentares com experiências partidárias anteriores, em grande parte, originária de partidos de direita. Ora, este perfil enquadrar-se-ia em um tipo de estrutura partidária na qual não houve a

preponderância de carreiras políticas vinculadas a grupos trabalhistas. Esse tipo de adesão é possível devido à estrutura organizacional fraca do partido.

Assim,

o diretório nacional concede autonomia aos diretórios estaduais e, estes, aos diretórios municipais. Não há controle do partido sobre o número de filiados nem sobre os diretórios municipais; e também não há controle da militância sobre as decisões tomadas pelas lideranças. Há apenas duas instâncias de poder de veto, as quais atuam num sistema hierárquico: a instância nacional, que pode vetar decisões estaduais ou municipais; e a instância estadual, que pode vetar as decisões municipais. Apesar disso, apenas o nível federal é articulado em momentos de campanhas eleitorais presidenciais. No sentido centrípeto, não há instâncias de veto, assim como estas também são institucionalmente inexistentes em arenas internas não ligadas às lideranças. Por outro lado, o acesso ao poder político pode incentivar a liderança partidária à reforma da sua organização, tornando-a mais adequada à competição eleitoral e ao exercício do governo (ROMA, 2002, p. 82).

Segundo Lacerda (2002) O PSDB pode ser considerado como um partido de tipo centralizado-competitivo. Este seria definido “por amplas oportunidades de competição pelos postos de direção partidária, só que combinadas com restrições na participação dos filiados”. Deste modo,

a arena partidária, embora reduzida, apresenta facções com propostas de condução partidária e lideranças distintas, as quais competem segundo modos ordenados, seja por regulamento ou por práticas informais habitualmente seguidas. Note-se que uma arena restrita pode significar inclusão ocasional dos filiados, os quais deste modo não influem significativamente na condução do partido. O critério de inclusão não consiste meramente em uma contagem do número de pessoas com direitos de voz e voto, mas também em uma extensão qualitativa, em termos do número de vezes que a pessoa tem o direito de participar. Portanto, o tipo centralizado-competitivo pode apresentar um grande número de filiados com direitos formais, que, no entanto, freqüentam

raramente as reuniões deliberativas da organização (LACERDA, 2002, p. 42-43).

Conseqüentemente, para Lacerda (2002) o partido centralizado-competitivo possui dois conjuntos de incentivos que promovem a unidade da organização partidária. Primeiramente, líderes de facções descontentes com as posições centrais do partido têm a oportunidade regulada de competir no interior da arena; depois, apelos à base são pouco eficazes, em razão da fraca inserção dos filiados no, no topo, com líderes de outras facções, procurando alterar gradualmente as posições do partido. Apelos aos filiados serão necessariamente ocasionais, dificilmente acarretando maior profundidade das facções, que permanecem largamente elitizadas.

Para Maurice Durverger, toda direção partidária apresenta sempre um duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica. Há uma “reverência” aos liames democráticos (em termos de crença), mas efetivamente, isto é apenas aparência. Mas os partidos devem efetivamente fornecer esta aparência sob o risco de tornarem-se abertamente totalitários. É “a eficácia prática [que] os impele fortemente no sentido inverso”, ou seja, a democracia exige eleição constante de seus líderes, sua renovação, etc., mas, “assim organizado, um partido não está bem armado para a luta política”. Daí que, partidos mais centralizados tem mais chances de obter sucesso eleitoral (DURVERGER, 1970, p. 170-172).

Daí que, as designações das lideranças e dos dirigentes partidários são, sob uma aparência democrática, formas autocráticas (mais ou menos) de gestão. Nesse sentido, ter-se-iam os “chefes aparentes” e os “chefes reais”; onde os primeiros seriam aqueles eleitos e os segundos aqueles designados pela autocracia. Em alguns partidos, os eleitos são os que, efetivamente exercem o poder. Em outros, há uma separação nítida. Daí que, de todo modo, o que se tem é a formação de uma “oligarquia”, ou seja, um pequeno grupo que se perpetua continuamente no poder. Segundo Mosca, esta minoria, organizada, se impõe sobre uma maioria desorganizada e, assim, consegue se manter no poder (MOSCA, 1939). Claro que há, com o tempo, uma renovação dessas oligarquias (ou elites) dirigentes. Mas esse processo passa pelo desgaste contínuo destas e do aparecimento de novas elites, situadas em esferas mais baixas que, de certa forma vêm a necessidade de “subir”.

Há, efetivamente, uma tendência no sentido do aumento da autoridade dos dirigentes e, ao mesmo tempo, no aparecimento de formas pessoais dessa autoridade. Isso leva ao que Durverger denominou de crescimento do poder e personalização do poder. Há um aumento do poder dos partidos sob seus filiados e seus membros (com mecanismos de coerção mais ou menos eficazes) e, no mesmo sentido, uma tendência à homogeneização partidária, diminuindo as defecções internas e possibilitando mais controle. Isto, por sua vez, significa uma maior força do quadro dirigente, o que leva a uma personalização do poder, o que está também ligado à própria estrutura do partido e de sua orientação em conjunto (DURVERGER, 1970).

Muitas vezes, porém, a falta de renovação de quadros partidários pode levar ao enfraquecimento do partido em termos de ganhos eleitorais. Isto pode ocorrer quando há um “engessamento” das estruturas e dos dirigentes. Quando isto ocorre, ao partido pode ocorrer: ou desaparecer da arena política, ou ter aquilo que Pareto chamou de “circulação das elites” (1984), ou seja, sofrer uma mudança de seus dirigentes, o que lhe possibilite uma renovação e uma sobrevivência futura.

O PSDB NO RIO GRANDE DO NORTE

A origem do PSDB no Brasil pode ser explicada com maior consistência por sua orientação mais pragmático-eleitoral do que ideológica. Segundo Roma (2002) tratou-se da cisão de um grupo de deputados federais e senadores que acreditavam somente ter possibilidade de conquistar cargos no governo federal, principalmente à presidência da República, aproveitando-se do capital político acumulado pelo e no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas por meio de outro partido. Nesse contexto, as lideranças peessedebistas apresentaram-se, na sua origem, com um discurso de centro-esquerda, diferenciando-se do governo José Sarney, do qual estavam excluídos, e da sua

base de sustentação formada por parlamentares de centro-direita, filiados ao PMDB e Partido da Frente Liberal⁶⁰ (PFL).

Desde seu surgimento no Brasil e, no caso aqui apresentado, no Rio Grande do Norte, o PSDB surgiu como um partido centralizado onde as decisões eram tomadas pelo grupo dirigente, onde a figura central foi Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo ou, simplificando, Geraldo Melo.

Nascido em Natal no dia 12 de julho de 1935, começou sua vida pública ainda menino, participando de comícios estudantis e depois se transformando em repórter do jornal “Tribuna do Norte”, comandado por Aluizio Alves que, descobrindo no jovem estudante vocação para a vida pública, incentivou-o não somente no jornalismo, mas na política também. Participou ativamente da campanha que levaria Dinarte Mariz ao governo, em 1955, quando disse a frase que ficou famosa durante a campanha: “Sylvio Pedroza governa de frente para o mar e de costas para o sertão”. Dinarte quis nomeá-lo diretor da Imprensa Oficial, mas foi impedido legalmente porque ele não tinha certificado de reservista. Foi designado secretário particular do governador. Trabalhou como jornalista até 1959.

Em 1960, ficou ao lado de Aluizio Alves, em sua campanha rumo ao governo do RN. Aluizio Alves, vitorioso, criou o Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED), que seria o embrião da futura secretaria de planejamento do Estado, nomeando Geraldo Melo para o cargo no qual ficaria até os idos de 1963, quando se desentendeu com o governador e foi exonerado, juntamente com outros secretários, que pretendiam na época criar a chamada “terceira força”, ou seja, uma opção entre Aluizio Alves e Dinarte Mariz. Depois disso foi morar em Recife.

Formou-se pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e integrou o corpo técnico fundador da (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sob a liderança de Celso Furtado (1959-1960), tendo exercido o cargo de Vice-Diretor do Departamento de

⁶⁰ Desde 2006, o PFL mudou sua denominação para DEM (Democratas), a exemplo do seu congêneres nos Estados Unidos da América.

Atividades Econômicas Básicas (DAEB) e Diretor da Assessoria Técnica. Primeiro Secretário de Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (1961). Sócio-fundador da Administração Industrial e Planejamento (ADIPLAN). Negociou a criação e foi Diretor brasileiro do consórcio internacional de consultoria técnica, integrado pela ADIPLAN e pelas empresas inglesas *International Professional Consortia* (IPC) e *The Economist Intelligence Unit* (EIU) (do mesmo grupo empresarial a que pertence a Revista *The Economist*), e teve ainda a participação da *Mitsou Consultants Co.*, de Tóquio - Japão. No início da década de 1970, adquiriu o controle acionário de duas usinas de açúcar vizinhas, no Rio Grande do Norte, tendo promovido a fusão de ambas criando uma nova empresa, participando nos vinte anos seguintes, da criação de outras organizações empresariais, entre as quais um *Shopping Center*, uma emissora de televisão (TV Potengi, hoje BAND Natal, afiliada ao Grupo Bandeirantes), uma empresa de radiodifusão e um rebanho pecuário de avançada tecnologia. Ex-usineiro, é proprietário de fazendas de cana-de-açúcar no fértil Vale do Rio Ceará-Mirim, no RN.

Foi vice-governador do Rio Grande do Norte (1979-1983), durante o governo Lavoisier Maia, sendo na época, filiado ao Partido Democrático Social (PDS). Depois, filia-se ao PMDB onde se torna seu presidente Regional no Rio Grande do Norte, tendo comandado as Campanhas pelas Eleições Diretas e pela eleição de Tancredo Neves (SIQUEIRA NETO, 1986). Foi eleito Governador do Rio Grande do Norte (1987-1991). Sua inserção no PSDB se dá após este mandato como governador.

Neste momento, o PSDB crescia como partido em âmbito nacional e carecia de bases políticas no Estado norte-rio-grandense. Geraldo Melo, que “gravitava” no entorno de Aluísio Alves, presidente do PMDB potiguar, ex-governador e ex-ministro, filia-se ao PSDB, tornando-se seu principal expoente no Estado e seu presidente Regional em 1993 (ano de sua filiação). Segundo o jornalista Poti Câmara, a inserção de Geraldo Melo no PSDB ocorreu naquele momento, por que a então prefeita de Natal, Wilma de Faria (na época, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) cogitou filiar-se a este. Segundo Câmara “quando Wilma deixou Maluf quis se filiar ao PSDB. Não se filiou porque Geraldo Melo deixou o PMDB e foi mais rápido do que ela. Aliás, Geraldo ingressou no PSDB para evitar a entrega do partido tucano a Wilma Faria” (TRIBUNA DO NORTE, 2006).

Segundo Lacerda e Oliveira (2005), “a partir de 1982, o cenário político norte-riograndense passa a ser definido pela existência de dois pólos dominantes (...) que competem entre si nos diversos pleitos”. Tem-se, num lado, “o grupo que tem como núcleo o PMDB e a família Alves, a coalizão Unidade Popular; de outro, o grupo que tem como núcleo o PFL e a família Maia, cujo nome é Vontade do Povo” (p. 278).

Segundo Spinelli, no período de 1986/2002, poucos são os “patrões” com recursos de poder para controlar a competitividade eleitoral e impor seus interesses às coligações eleitorais que se formam: pelo lado do PMDB, Aluizio Alves e seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho; pelo lado do PFL, José Agripino Maia.

Ao lado desses, gravitam lideranças satelizadas em maior ou menor medida, com distintos graus de autonomia, mas sem poder de decisão final: Geraldo Melo, eleito governador em 1986, pela Unidade Popular, do PMDB, como retribuição ao seu apoio, em 1982, a Aluizio Alves na disputa pelo governo estadual com José Agripino Maia; Fernando Bezerra, eleito senador em 1998, pela Unidade Popular; o falecido senador Carlos Alberto de Souza, eleito senador em 1990, pela Vitória do Povo e derrotado na última eleição da qual participou, já enfermo, em 1998; Fernando Freire, vice-governador de Garibaldi Alves em seu segundo mandato e candidato derrotado da UP em 2002 (SPINELLI, 2006).

Com o controle do PSDB, foi depois eleito Senador da República para o período de 1995-2003 com 441.707 votos (27,72% dos votos válidos). Foi também vice-líder do PSDB no Senado.

A primeira eleição que lança o PSDB no cenário potiguar foi para prefeito e vereador em 1992. Neste pleito, o PSDB obteve quatro prefeituras e 57 vereadores, perfazendo uma média de 4% dos votos válidos em todo o Estado.

Na eleição seguinte o partido atingiu seu ápice no Rio Grande do Norte, elegendo Geraldo Melo para o Senado Federal (numa coligação com o PMDB que, vitoriosa, levou Garibaldi Alves Filho ao governo estadual). Na eleição de 1996 (novamente para prefeito), o PSDB chegou à marca de 16 prefeituras. Foi o melhor desempenho do partido em

eleições municipais no RN (incluindo nesta eleição 156 vereadores, numa média de 11% dos votos válidos), o que podemos atribuir ao fato de que o Senador Geraldo Melo vem capitalizando politicamente sua influência (também relacionada ao exitoso governo do PSDB nacional durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso) – embora em regiões como o Leste Potiguar, o PSDB não tenha vencido em nenhum município (ANDRADE, OLIVEIRA, 2000).

Nas eleições de 1998 (primeiro ano em vigor da Emenda Constitucional que garantiu à reeleição em todos os níveis do executivo) Geraldo Melo apóia a reeleição de Garibaldi Alves, mas, mesmo com a vitória deste, o PSDB não ampliou suas bases na Assembléia Legislativa, não conseguindo eleger nenhum deputado estadual. Em 2000, nas eleições municipais, o PSDB apresenta sua primeira e expressiva queda no número de eleitos: apenas 11 prefeitos e 99 vereadores. Em 2002, O PSDB consegue eleger um deputado estadual, Luiz Almir Magalhães (radialista, apresentador de programa de televisão, considerado pela mídia local como “populista”, acompanha Geraldo Melo desde a fundação do partido no Estado e, antes disso, no PMDB). Em 2004, nas eleições gerais, o PSDB consegue eleger ainda menos prefeitos e vereadores no RN: 4 prefeitos e 64 vereadores.

Em 2006 o PSDB não lançou candidatos majoritários e elegeu apenas um deputado (que permanece até hoje), novamente Luiz Almir. Nesta eleição Geraldo Melo foi derrotado para o Senado, onde perdeu a vaga para a candidata Rosalba Ciarlini (DEM) com 44,18% dos votos válidos, que venceu também Fernando Bezerra do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que obteve 43,42% dos votos válidos. Geraldo Melo obteve apenas 10,65% dos votos válidos (sua pior atuação em uma campanha majoritária).

Segundo Azevedo, Geraldo Melo nesta campanha, “declarou arrecadações de empresas do próprio setor econômico do qual faz parte, bem como de construtoras, de fontes não identificáveis e parte significativa de recursos próprios. Vale frisar que membros da família (esposa) do referido candidato exerce o cargo de prefeita no município de Ceará Mirim, localizado na Área Metropolitana de Natal” (2008).

Tabela 01: Desempenho do PSDB em Eleições Municipais no RN

	1992	1996	2000	2004	2008
Prefeitos	4	16	11	4	4
Vereadores	57	153	99	64	59

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, TRE-RN

No pleito de 2008 o PSDB obteve o seu pior resultado desde a entrada de Geraldo Melo à sigla em 1993: apenas quatro prefeituras (Maxaranguape, Pureza, Santa Cruz e Serra do Mel), três vice-prefeitos (Eloi de Souza, Pilões e São Miguel do Gostoso) e 51 vereadores em 42 municípios (nenhum deles nas 5 maiores cidades do Estado). Nenhum dos municípios em que o PSDB hoje possui mandatos tem mais de 80 mil habitantes. O maior é Ceará-Mirim, reduto tradicional de Geraldo Melo, onde o PSDB perdeu a prefeitura para um candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Tabela 02: Desempenho do PSDB em Eleições Estaduais no RN

	1994	1998	2002	2006
Deputados Estaduais	1	0	1	1
Deputados Federais	1	0	0	0
Senador	1	0	0	0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, TRE-RN

Com uma participação cada vez mais reduzida no cenário político potiguar, o PSDB passa a ser tratado como um aliado “menor”. Segundo declarações de Geraldo Melo, a atuação do partido no pleito de 2008 foi menosprezada. “Já estou acostumado com o tratamento desrespeitoso, insultuoso, dizendo que o PSDB não existe, Geraldo morreu politicamente. Digo que em 2010 vão ouvir falar muito no PSDB e no seu presidente”. O líder tucano lembrou que em 2006 o então candidato a presidente José Serra recebeu no Rio Grande do Norte a maior votação proporcional no Nordeste, no Rio

Grande do Norte. “Agora na próxima eleição vamos fazer bonito, independente do tamanho que o PSDB tem. Tenha certeza que daqui para 2010 as pessoas que perderam o número do meu telefone e não sabem em 2010 ouvirão falar muito do PSDB e de seu presidente” (TRIBUNA DO NORTE, 2008).

Hoje o partido conta com 72 diretórios municipais e 45 comissões provisórias. Isto num total de 163 municípios. Ou seja, em cerca de 30% dos municípios do Rio Grande do Norte, o PSDB ainda não se faz presente.

O que pôde ser percebido, a partir dos dados acima, é que o PSDB passa por um processo de diminuição gradativa em sua participação política no RN (isso no que tange ao controle de cargos legislativos e executivos). O que pode explicar essa situação é a forma como Geraldo Melo, vem controlando o diretório regional no estado, impossibilitando a formação e a emergência de novos quadros partidários. Isso na medida em que o controle do partido por ele exercido (centralista e personalista) impede que o partido se acomode de maneira mais flexível (conforme estabelece o próprio estatuto do PSDB) às necessidades locais de cada município.

O controle do PSDB no Rio Grande do Norte por Geraldo Melo pode ser demonstrado pela afirmação, dita em 2008, pelo Deputado Estadual Luiz Almir à imprensa local, acerca de alianças políticas que estavam sendo arquitetadas para aquele pleito:

o deputado estadual Luiz Almir (PSDB) disse hoje que o seu partido vem cometendo pecados. "O partido não realiza reuniões e eu somente vi o senador Geraldo Melo apenas duas vezes este ano. **Ele é o dono PSDB**", **acusou**⁶¹. "Eu sou um simples filiado", informou. O deputado disse, também, que quando era presidente municipal do PSDB havia perguntado a Geraldo Melo como iria ser a preparação para a chapa proporcional de 2008. "Ele me disse que ia cuidar de suas usinas e que não queria pré-candidatos na sua porta", revelou. "Aí, eu entreguei a presidência...", disse. "Geraldo tem o comando do partido", repetiu Almir. "Em 2006 o senador Garibaldi Filho (PMDB) botou ele para fora do acordo para ficar com o senador José Agripino (DEM) e hoje começam a se compor novamente, a partir do apoio do presidente do Congresso Nacional a candidatura de Fabrício Gaspar (PSDB), em Ceará - Mirim.

⁶¹ Grifo nosso.

Política é assim", comentou. "Naquele tempo atendi o seu chamado e fizemos uma composição com Mícarla e Miguel Weber para tentar eleger Geraldo para o Senado. Eu iria ser o deputado estadual mais votado se tivesse ficado na 'Unidade Popular', mas preferi ficar com Geraldo e o PV⁶² me ajudou, apesar de eu ter perdido cerca de 30 mil votos", lembrou (CORREIO DA TARDE, 2008).

A afirmação acima demonstra a lógica que impera nas decisões políticas do PSDB no Rio Grande do Norte. Outro exemplo desse controle ficou patente em 2003 quando Geraldo Melo interveio no diretório municipal do PSDB na cidade de Areia Branca, Oeste Potiguar. Visando a participação ativa da sigla nas eleições municipais de 2004, ele passou a reestruturar os diretórios municipais em todo o Rio Grande do Norte.

Seguindo os passos do presidente estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ex-ministro Aluísio Alves, que vem alertando sobre a presença de pessoas indesejáveis no comando do peemedebismo no interior do Estado, Geraldo Melo começa a trabalhar no sentido de evitar que o PSDB caia em mãos erradas. Essa preocupação do ex-senador reflete na decisão tomada em relação à Areia Branca, onde nos últimos anos o PSDB esteve sob o comando de pessoas sem compromisso nem afinidade com a coligação a qual o partido tucano é aliado em nível estadual (O MOSSOROENSE, 2003).

Ainda segundo este Jornal, nos últimos anos em Areia Branca, o PSDB, que "é um partido de tradição", tornou-se uma sigla inexpressiva, em razão de estar sob o controle de aliados da coligação Vontade do Povo (liderados pela então governadora Vilma de Faria, PSB). O projeto do ex-senador Geraldo Melo seria fortalecer a aliança PSDB/PMDB nos municípios, visando futuras composições nas eleições municipais de 2004. Estrategicamente a oposição tentou uma jogada de mestre: continuar controlando o PSDB, sem, contudo assumir compromisso com Geraldo Melo nem com a "Unidade Popular" (liderada pelo PMDB) de Areia Branca. "Para o ex-senador Geraldo Melo,

⁶² Partido Verde.

anunciar os novos dirigentes do PSDB de Areia Branca é questão de dias. Mas já está definido que o partido tucano terá no seu comando pessoas comprometidas com o fortalecimento da “Unidade Popular” no município” (O MOSSOROENSE, 2003).

Além do controle, Geraldo Melo detém uma autonomia considerável, conforme noticiou o jornalista Eugênio Bezerra no seu *blog*, em janeiro de 2008, dizendo que “ao contrário do que alguns *blogs* e jornais divulgaram o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra não veio a Natal para forçar o lançamento de uma candidatura própria nas eleições municipais”, pois segundo o presidente estadual do PSDB, ex-senador Geraldo Melo “é prioridade ter candidatura própria sim, mas não uma imposição”. Segundo este, “O presidente nacional da legenda percorrerá todos os Estados brasileiros para conhecer a realidade de cada um e discutir as eleições desse ano e começou e essa trajetória começou pelo RN”. Bezerra noticiou ainda que “o próprio Guerra declarou que ‘Natal é um caso à parte e que mesmo tendo um candidato com potencial poderá fazer alianças se julgar necessário’” (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se demonstrar como a liderança de Geraldo Melo no PSDB do Rio Grande do Norte pode ser tomada como um exemplo de controle personalista e centralizador. Este tipo de controle por sua vez, nos leva a relacionar o descenso do PSDB ao longo dos últimos dez anos na arena política do Rio Grande do Norte.

A própria lógica organizacional e estrutural do PSDB é um dos fatores que propiciam esse fenômeno, na medida em que abre a possibilidade de controle dos diretórios estaduais pelos dirigentes locais. Outro fator fundamental é que a forma como o controle partidário se dá, impede o aparecimento de quadros partidários alternativos. Os praticamente existentes, necessariamente, gravitam uniformemente na esfera de Geraldo Melo.

Seja decidindo monocraticamente acerca das alianças eleitorais em cada pleito, sobre quem deverá sair ou não candidato ou mesmo intervindo em diretórios municipais

que não se filiem às diretrizes dos diretórios no RN, Geraldo Melo torna-se aquilo que um de seus poucos quadros classificou de “o dono do PSDB”. Esse poder personalista, por sua vez, não vem conseguindo levar o partido às conquistas políticas na mesma gradiente em que ocorrem em outros estados do país.

Um último fator que pode ser apontado aqui, a guisa de reflexão, é o fato de que esse descenso político e eleitoral também coincide, em parte, com o afastamento do PSDB do poder federal (de 2002 para cá), o que pode, de certa maneira ter contribuído para uma relativa diminuição do capital eleitoral de Geraldo Melo no RN (o que terminou sendo mostrado pelo seu afastamento do Diretório do PSDB e de sua substituição por Rogério Marinho como novo “cacique do partido”).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. OLIVEIRA, Bruno Cesário de (Org.). **Dinâmica Eleitoral do Rio Grande do Norte (1960/1998)**. Natal: UFRN/Diário de Natal, 2000.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo. O “preço” do voto e os “custos” sociais das campanhas eleitorais no Brasil. *In: X Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, 26 a 30 de Maio de 2008.

BEZERRA, Eugênio. **Geraldo Melo recebe carta branca do PSDB para fazer alianças ou lançar candidatos**. Blog. Janeiro de 2008. <[http://www.blog/eugeniobezerra/Geraldo Melo recebe carta branca do PSDB para fazer alianças ou lançar candidato.htm](http://www.blog/eugeniobezerra/GeraldoMelo-recebe-carta-branca-do-PSDB-para-fazer-alianças-ou-lançar-candidato.htm)> Acessado em 21 de dezembro de 2008.

CORREIO DA TARDE. **O dono do PSDB é Geraldo Melo**. Correio Político. Natal, 20 de junho de 2008. <http://www.correiodatarde.com.br/editorias/correio_politico-31264> Acessado em 22 de Dezembro de 2008.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica e revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LACERDA, Alan Daniel de. O PT e a Unidade Partidária como Problema. *In: Dados*, vol. 45, número 001, Rio de Janeiro; IUPERJ, 2002. p. 39-76.

_____, OLIVEIRA, Bruno Cesário de. Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. *In: Cronos*, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 273-287, jan./dez. 2004/2005.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

MOSCA, Gaetano. **The ruling class: elementi di scienza política**. Nova York: McGraw Hill, 1939.

O MOSSOROENSE. Geraldo Melo exclui do comando do PSDB aliados de “faz-de-conta”. Caderno Regional. 14 de Agosto de 2003. <[http://www.omossoroense.com.br/Jornal O Mossoroense Geraldo melo exclui.htm](http://www.omossoroense.com.br/Jornal_O_Mossoroense_Geraldo_melo_exclui.htm)>. Acessado em 22 de Dezembro de 2008.

PARETO, Vilfredo. **Manual de economia política**. Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17. nº 49. Junho de 2002.

SIQUEIRA NETO, Aristides. **Eleições 1982/1985 Rio Grande do Norte: quem é quem na política do RN**. Natal: Alfa Editorial, 1986.

SPINELLI, José Antônio. **Oligarquias e legitimidade democrática**: a experiência potiguar de redemocratização 1985/2002. Natal: FUNDAJ, 2006. <www.fundaj.gov.br/geral/observadornordeste/spinelli.pdf>. Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

TRIBUNA DO NORTE. **A Cosern, Wilma e os “Caciques”**. Artigos. 18 de outubro de 2006. <<http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=24440>>. Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

_____. **Geraldo Melo: “em 2010 ouvirão muito falar do PSDB e do seu presidente”**. Política. 29 de outubro de 2008. <<http://tribunadonorte.com.br>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2008.